



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

Nº5 | MAIO | 2020

DOCUMENTOS INTERNACIONAIS RELEVANTES

Cofinanciado por:



Avaliação da política de promoção agrícola europeia

Prazo: 08/05/2020 a 11/09/2020

A reformada Política Agrícola Comum (PAC), implementada em 2015, introduziu um novo conjunto de instrumentos políticos ao abrigo do seu primeiro e segundo pilar, com vista a reforçar uma produção de alimentos viável, o desempenho ambiental e o desenvolvimento territorial equilibrado da agricultura da UE. Esta avaliação pretende assim avaliar a política de promoção agrícola europeia. As actividades de consulta ao abrigo desta avaliação visam ajudar a compreender o desempenho deste conjunto de instrumentos políticos face aos objectivos estabelecidos, de modo a dar resposta a questões suscitadas no domínio público e fornecer uma base de evidências sólida para as conclusões da avaliação. Esta consulta pública pretende assim recolher mais dados e evidências sobre o impacto destas medidas da PAC em termos de aumento de vendas e sensibilização dos consumidores, bem como de problemas detectados aquando da implementação daqueles instrumentos. O “feedback” obtido irá alimentar o processo de avaliação.

- <https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/1859-Evaluation-of-the-EU-agricultural-promotion-policy/public-consultation>

Adaptação às alterações climáticas – A estratégia da UE

Prazo: 14/05/2020 a 20/08/2020

O Acordo Verde Europeu visa tornar a Europa o primeiro continente neutro em termos de clima. Anunciou também a adopção de uma nova e mais ambiciosa estratégia da UE para a adaptação às mudanças climáticas. Os impactos climáticos já são sentidos em toda a Europa e provavelmente aumentarão ainda mais em termos de intensidade e frequência. Sem medidas drásticas de redução de emissões, a mudança climática continuada aumentará a probabilidade de consequências graves, generalizadas e irreversíveis, como o colapso dos ecossistemas naturais, a erosão da segurança alimentar global ou o deslocamento de pessoas. Neste contexto, é importante reunir uma ampla gama de pontos de vista das partes interessadas para a nova Estratégia, a fim de melhor informar as opções políticas a explorar, bem como o nível apropriado de ambição. O objectivo final da acção climática é proteger as pessoas, o

planeta e a prosperidade contra os impactos das mudanças climáticas. Ao promover acções de adaptação global, juntamente com reduções aceleradas de emissões, a UE pode ajudar a garantir o bem-estar dos cidadãos da UE, salvaguardar o nosso ambiente natural e património cultural e proteger os nossos investimentos e activos económicos. Além disso, numa sociedade cada vez mais interligada e vulnerável a choques sistémicos, aumentar a resiliência e garantir a inclusão global é uma prioridade.

- <https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/12381-EU-Strategy-on-Adaptation-to-Climate-Change/public-consultation>

1 de Maio: discurso de Luca Visentini, Secretário-Geral da CES, apela à solidariedade

No seu discurso anual celebrando o Dia do Trabalhador e num contexto marcado pela pandemia da COVID-19, o Secretário-Geral da CES, Luca Visentini, apela à solidariedade para com todos os trabalhadores, que são simultaneamente os heróis e as vítimas desta crise, e defende um regresso seguro ao trabalho e empregos dignos para todos.

- [Assistir ao vídeo do discurso](#)

Previsões económicas da primavera de 2020: recessão profunda e desigual, com uma retoma incerta

A pandemia de coronavírus representa um profundo choque para a economia mundial e europeia, com consequências socioeconómicas muito graves. Não obstante a rápida adoção de uma resposta estratégica global, tanto a nível nacional como europeu, a economia da UE registará este ano uma recessão que assumirá proporções históricas.

De acordo com as previsões económicas da primavera de 2020, a economia da área do euro registará uma contração sem precedentes, equivalente a 7,¾ % em 2020, que deverá ser seguida de um crescimento de 6,¼ % em 2021. Por seu turno, a economia da UE deverá contrair-se em 7,½ % em 2020 e crescer 6 % em 2021. As projecções de crescimento

para a UE e a área do euro foram revistas em baixa em cerca de nove pontos percentuais face às previsões económicas do outono de 2019.

Trata-se de um choque que afetou a economia da UE de forma simétrica, na medida em que a pandemia afetou todos os Estados-Membros, mas quer a queda da produção em 2020 (que oscilou entre -4,¼ % na Polónia e -9,¾ % na Grécia) quer a dinâmica da retoma em 2021 deverão divergir acentuadamente. A recuperação económica de cada Estado-Membro dependerá não só da evolução da pandemia no país como também da estrutura da sua economia, bem como da sua capacidade de resposta por intermédio de políticas de estabilização. Dada a interdependência das economias da UE, a dinâmica da recuperação em cada Estado-Membro afetará também a solidez da retoma dos demais Estados-Membros.

Em resposta à publicação deste relatório, o Secretário-Geral da CES, Luca Visentini, declarou que a Europa deve apoiar o investimento público para fomentar a procura económica necessária ao crescimento, evitando cair novamente no erro da austeridade que destruiria a retoma, e apelou também à implementação de medidas como o programa SURE para salvar milhões de empregos em risco

- Documento integral: [Previsões económicas da primavera de 2020](#)
- [Reacção de Luca Visentini](#)

Coronavírus: Comissão adota pacote de medidas excecionais para continuar a apoiar o setor agroalimentar

A Comissão Europeia publicou no dia 4 de maio o último pacote de medidas excecionais para continuar a apoiar os setores agrícola e alimentar mais afetados pela crise do coronavírus. As medidas excecionais (anunciadas em 22 de abril) incluem a ajuda ao armazenamento privado para os setores dos produtos lácteos e da carne, a autorização temporária de auto-organização de medidas de mercado por parte dos operadores nos setores gravemente afetados, e a flexibilidade na execução dos programas de apoio ao mercado. Para além destas medidas de mercado, a Comissão propôs autorizar os Estados-Membros a utilizar fundos de desenvolvimento rural para compensar agricultores e

pequenas empresas agroalimentares com montantes até 5 000 euros e 50 000 euros, respetivamente.

- [Ler artigo completo](#)

Comissão apoia Estados-Membros na transição para uma economia com impacto neutro no clima

A Comissão Europeia aprovou todos os pedidos apresentados por 18 Estados-Membros para apoiar a preparação dos respetivos planos de transição territorial justa, que cada um deles terá de desenhar para ter acesso ao financiamento do Mecanismo de Transição Justa. Recorde-se que o Mecanismo de Transição Justa faz parte do Plano de Investimento do Pacto Ecológico Europeu e mobilizará, pelo menos, 100 mil milhões de EUR de investimentos para prestar um apoio específico adicional às regiões mais afetadas pela transição para uma economia com impacto neutro no clima e com menos capacidade para enfrentar esse desafio. A aprovação surge na sequência de um convite à apresentação de propostas específico, lançado pela Comissão no final de fevereiro de 2020 no âmbito do Programa de Apoio às Reformas Estruturais.

- [Ler artigo completo](#)

Auxílios Estatais: Comissão alarga Quadro Temporário a medidas de recapitalização e dívida subordinada para continuar a apoiar a economia no contexto do surto de coronavírus

A Comissão Europeia adotou no passado dia 8 de maio uma segunda alteração que alarga o âmbito do Quadro Temporário relativo a medidas de auxílio estatal, aprovado em 19 de março de 2020 para permitir aos Estados-Membros apoiar as respetivas economias no contexto do surto de coronavírus. Esta segunda alteração segue-se à que foi adotada em 3 de abril de 2020.

Com base nestas regras horizontais, e em estreita cooperação com os Estados-Membros, a Comissão aprovou já cerca de 1,9 biliões de euros de auxílios estatais à economia da UE - para ajudar as empresas com necessidades urgentes de liquidez, proteger empregos,

possibilitar a investigação e o desenvolvimento e garantir o aprovisionamento de produtos para combater o surto de coronavírus. Esta segunda alteração vem complementar os tipos de medidas já abrangidos pelo quadro temporário e pelas regras em vigor em matéria de auxílios estatais, estabelecendo critérios com base nos quais os Estados-Membros podem disponibilizar medidas de recapitalização e dívida subordinada a empresas com necessidade de liquidez, salvaguardando, em simultâneo, condições de concorrência equitativas na UE.

- [Ler artigo completo](#)

Comissão lança a Plataforma «Prontos para o Futuro» e convida peritos a aderir

A Comissão Europeia lançou este mês a Plataforma «Prontos para o Futuro», um grupo de peritos de alto nível que ajudará a Comissão a simplificar a legislação da UE em vigor e a reduzir os encargos administrativos para os cidadãos e as empresas. A plataforma contribuirá igualmente para assegurar que a legislação da UE continua preparada para o futuro, tendo em conta a necessidade de enfrentar novos desafios, como a digitalização.

Assim que a plataforma estiver operacional, o público em geral e as partes interessadas poderão contribuir para os seus trabalhos em matéria de simplificação e redução de encargos. Além disso, os cidadãos e as partes interessadas poderão partilhar, através do portal «Dê a sua opinião», os seus pontos de vista sobre a legislação em vigor, bem como propostas para novas políticas da UE.

A Comissão lançou ainda um convite à apresentação de candidaturas para seleção de peritos para o grupo de partes interessadas da Plataforma «Prontos para o Futuro». Os membros do grupo selecionados por via deste procedimento deverão ter vasta experiência na aplicação da legislação da UE e ser capazes de representar os interesses partilhados por diferentes organizações de partes interessadas nos respetivos domínios. Representam as empresas, em especial as pequenas e médias empresas, os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil com experiência direta na aplicação da legislação da União.

- [Sítio Web da Plataforma «Prontos para o Futuro»](#)

CES apela à Comissão Europeia para que apoie as mulheres na linha da frente da batalha contra a COVID-19

Segundo dados oficiais da UE, as mulheres compõem mais de metade da força de trabalho na linha da frente do combate à crise do coronavírus. Mais de 50% dos trabalhadores de cinco categorias profissionais de elevada exposição – cuidados pessoais, limpeza, saúde, educação e serviços pessoais – são mulheres. Só na Europa, 78% dos cerca de 15 milhões de trabalhadores da área da saúde são mulheres.

A CES está a realçar estes dados num momento em que a Comissão Europeia decide ou não avançar com as medidas propostas para combater a diferença salarial entre géneros que se situa nos 15% na Europa.

- [Ler artigo completo](#)

Secretário-Geral da CES apela a medidas diversas no Conselho de Ministros

O Secretário-Geral da CES, Luca Visentini, participou no dia 5 de Maio numa reunião informal do Conselho de Ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais (EPSCO), onde pediu:

- Que os ministros garantissem que o Plano de Recuperação da UE proposto contenha uma forte dimensão social e inclua um investimento em empregos, salários mais altos, protecção social e serviços públicos como a saúde, educação e formação;
- Que os ministros acelerem o processo de aprovação do programa SURE por parte do COREPER, sob pena de este atrasar para lá da já tardia data proposta (1 de Junho) e garantam que os planos nacionais proporcionem um apoio salarial adequado aos trabalhadores de todas as categorias profissionais e sem demoras;
- Aos ministros que acompanhem as orientações de segurança e saúde no trabalho nos planos de desconfinamento e consultem os sindicatos a respeito do regresso ao trabalho, bem como de medidas nacionais de apoio ao emprego e aos rendimentos;

- À Comissão Europeia que confirme todas as iniciativas sociais, incluindo salários mínimos, transparência salarial e planos de acção para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, no seu programa de trabalho; e que resista à pressão empresarial para atrasar a implementação da revisão da Directiva de Trabalhadores Destacados.
- [Ler artigo completo](#)

Pode o trabalho de curta duração salvar empregos durante a crise da COVID-19?

No passado dia 2 de Abril, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou um novo fundo de até 100 mil milhões de euros para ajudar os Estados Membros da UE a introduzir esquemas de trabalho de curta duração ou semelhantes, inclusive para trabalhadores por conta própria, com vista a salvaguardar empregos durante a pandemia. Esta iniciativa, denominada SURE (Apoio para atenuar Riscos de Desemprego em caso de Emergência), financiará empréstimos em condições favoráveis aos países da UE que enfrentam um aumento 'súbito e severo' nos gastos com estes esquemas e visa demonstrar a solidariedade da UE para com os estados membros e trabalhadores mais afectados. Embora o apoio da UE a esquemas de trabalho de curta duração seja uma novidade, o uso de tais esquemas para amortecer o impacto da crise económica não o é; abordagens semelhantes foram usadas por muitos Estados Membros durante a Grande Recessão.

- [Ler artigo completo](#)

OIT publica relatório sobre o Diálogo Social e o Futuro do Trabalho

O diálogo social nunca foi usado como uma ferramenta na governação do trabalho, com o objectivo de proporcionar um crescimento económico sustentável, justiça social e o tipo de relações laborais de elevada confiança que não só são valiosas em si mesmas, como também podem melhorar o desempenho das empresas e aumentar a participação dos trabalhadores na rentabilidade crescente.

O futuro do trabalho apresenta um conjunto de oportunidades e desafios que requerem soluções comuns alcançadas através do diálogo social. Recorrendo a estudos de caso de

todo o mundo, este dossier temático mostra como o diálogo social pode desempenhar um papel crucial na gestão da transição para o futuro do trabalho, melhorando a qualidade do trabalho e proporcionando um trabalho digno para todos. O relatório visa sintetizar os principais motores de mudança e as possíveis consequências sobre as pessoas, o trabalho e os mercados de trabalho e mostrar como reforçar as instituições do diálogo social de modo a assegurar uma legitimidade representativa, construir confiança e apresentar resultados inclusivos.

- [Descarregar relatório](#)

Viver e trabalhar com a COVID-19: Primeiras conclusões – Abril de 2020

No espaço de poucas semanas, a pandemia de COVID-19 provocada pelo novo coronavírus transformou de forma radical as vidas das pessoas em todo o mundo. Para além dos efeitos devastadores sobre a saúde das pessoas infectadas, o vírus teve também implicações profundas sobre a forma como as pessoas vivem e trabalham, afectando gravemente o seu bem-estar físico e mental. Com vista a documentar os efeitos económicos e sociais imediatos da crise, a Eurofound lançou um inquérito online de larga escala no dia 9 de Abril. Intitulado “Viver e trabalhar com a COVID-19”, o inquérito tem como objetivo investigar o impacto sobre o bem-estar, o trabalho e o teletrabalho e a situação financeira das pessoas que vivem na Europa.

Os resultados agora divulgados mostram uma UE a esforçar-se para responder à crise, com muitos casos reportando níveis de bem-estar e optimismo mais baixos, insegurança crescente e maiores dificuldades financeiras, juntamente com a perda de emprego e uma redução drástica do tempo de trabalho.

Os jovens, em particular, embora mais resistentes aos efeitos do vírus, poderão sofrer mais com os efeitos económicos resultantes da crise, à semelhança do que aconteceu durante a crise económica de 2008-2013, com os níveis de desemprego jovem a ultrapassar os 40% em muitos países europeus.

- [Descarregar relatório](#)

Todos a bordo: transportando trabalhadores não declarados para os barcos de resgate pandémicos

Começou um debate na Itália sobre o apoio que o Estado deve oferecer aos trabalhadores não declarados que operam na economia informal durante a crise do COVID-19. Nunzia Catalfo, ministro do Trabalho da Itália, declarou em Abril que 'o trabalho não declarado não deveria existir', mas reconheceu que 'é uma praga que existe' e que o Estado tem a obrigação de prover todos os que ficaram sem rendimentos durante a emergência actual. No entanto, este não é um passo fácil para os governos darem, e há muito em risco acolocar trabalhadores não declarados sob a alçada da segurança social.

- [Ler artigo completo](#)

A importância da organização: as duas lógicas da representação sindical

Um novo livro publicado pela OIT demonstra a interação entre duas lógicas distintas da ação coletiva do trabalho: por um lado, a organização dos trabalhadores, geralmente no local de trabalho, confiando a um sindicato a representação dos seus interesses, e, por outro, a negociação social na qual o sindicato constrói os interesses do trabalho de cima para baixo.

O livro analisa as tensões e potenciais complementaridades num extensivo estudo de caso qualitativo da organização e recrutamento sindical em quatro países – Áustria, Alemanha, Israel e Holanda. Estes países ainda recorrem à negociação social mas sentem a necessidade de adaptar e desenvolver estratégias transpostas de países anglo-americanos para responder a uma perda progressiva de membros.

- [Descarregar livro](#)

Pacote da primavera do Semestre Europeu: recomendações para uma resposta coordenada à pandemia causada pelo coronavírus

A Comissão propôs este mês recomendações específicas por país (REP), que emitem orientações em matéria de política económica a todos os Estados-Membros da UE no contexto da pandemia causada pelo coronavírus e que colocam a ênfase nos desafios mais prementes dela decorrentes, bem como no relançamento do crescimento sustentável.

As recomendações estão estruturadas em torno de dois objetivos, designadamente, a curto prazo, atenuar as graves consequências socioeconómicas negativas da pandemia causada pelo coronavírus e, a curto e médio prazos, alcançar um crescimento sustentável e inclusivo que facilite a transição ecológica e a transformação digital.

A propósito do pacote e das recomendações específicas por país, a Secretária Confederal da CES, Liina Carr, disse que “a decisão da Comissão Europeia de não reforçar as regras orçamentais da UE, não estabelecer orientações fiscais e não abrir procedimentos de défice excessivos são necessárias e adequadas sobretudo por causa da crise actual”, salientando a importância de não poder “nunca mais deixar regressar as medidas de austeridade catastróficas impostas na sequência da crise de 2008”. A Secretária Confederal da CES apelou a todos os Estados Membros para que seguissem as recomendações da Comissão e investissem numa retoma económica plena, com o total envolvimento dos sindicatos e empregadores, especialmente em países como a Hungria, Polónia e Roménia.

- [Ler artigo completo](#)
- [Reacção da Secretária Confederal da CES, Liina Carr](#)

Comissão propõe mecanismo de crédito ao setor público para apoiar investimentos ecológicos em conjunto com o Banco Europeu de Investimento

A Comissão Europeia apresentou este mês a sua proposta para um mecanismo de crédito ao setor público ao abrigo do Mecanismo para uma Transição Justa. O mecanismo será implementado com a participação do Banco Europeu de Investimento e incentivará investimentos que apoiem a transição, por parte das autoridades do setor público, para

uma economia com impacto neutro no clima, em benefício das regiões com utilização intensiva de carvão e carbono. O mecanismo incluirá 1,5 mil milhões de EUR em subvenções do orçamento da UE e até 10 mil milhões de EUR em empréstimos dos recursos próprios do Banco Europeu de Investimento. O mecanismo irá assim mobilizar entre 25 mil milhões e 30 mil milhões de EUR de investimentos para ajudar os territórios e as regiões mais afetados pela transição para uma economia com impacto neutro no clima, dando prioridade aos que têm menos capacidade para fazer face aos custos da transição.

- [Ler artigo completo](#)

COREPER aprova finalmente o programa SURE

A propósito da aprovação, por parte do COREPER, do Regulamento SURE no passado dia 15 de Maio, o Secretário-Geral da CES, Luca Visentini, teceu os seguintes comentários:

“A CES congratula esta decisão mas lamenta que tenha demorado um mês devido aos vetos de alguns Estados Membros que puseram em risco os empregos e rendimentos dos trabalhadores europeus. Agora apelamos aos Estados Membros para que acelerem a tomada de decisão para activar o SURE o mais depressa possível. Os 42 milhões de trabalhadores europeus com horário reduzido não podem esperar mais.”

- [Ler artigo completo](#)

A Hora da Europa: Reparar os Danos e Preparar o Futuro para a Próxima Geração

A Comissão Europeia apresentou no final deste mês a sua proposta para um importante plano de recuperação. Para assegurar que a recuperação é sustentável, equitativa, inclusiva e justa para todos os Estados-Membros, a Comissão propõe criar um novo instrumento de recuperação, Next Generation EU, integrado num orçamento de longo prazo da UE robusto, moderno e renovado. A Comissão apresentou igualmente o seu programa de trabalho adaptado para 2020, que dá prioridade às ações necessárias para impulsionar a recuperação da Europa.

O coronavírus abalou profundamente a Europa e o mundo, pondo à prova os sistemas de saúde e de segurança social, as nossas sociedades e economias, bem como o nosso modo

de vida e de trabalho em conjunto. Para proteger vidas e meios de subsistência, reparar o mercado único, bem como para assegurar uma recuperação duradoura e próspera, a Comissão Europeia propõe fazer uso de todo o potencial do orçamento da UE. O Next Generation EU, de 750 mil milhões de euros, bem como reforços orientados para o orçamento de longo prazo da UE para 2021-2027, elevarão o total do poder financeiro do orçamento da UE para 1,85 biliões de euros.

O Secretário-Geral da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), Luca Visentini, aplaudiu a proposta apresentada pela Comissão, em especial pela atenção dada aos compromissos da UE para com a acção climática e o combate ao desemprego jovem, bem como às economias verde e digital. Visentini saudou ainda o recurso a instrumentos de dívida comum para financiar este investimento maciço, relembrando a importância de não cair novamente em erros como austeridade, cortes e taxaço excessiva. A respeito do programa de trabalho da Comissão adaptado, o Secretário-Geral da CES saudou a decisão da Comissão de manter todas as iniciativas que impulsionariam uma recuperação justa e socialmente sustentável, incluindo as de transparência salarial, salários mínimos, tributação justa, emprego jovem, agenda de competências e educação digital, assinalando apenas a segurança e saúde no trabalho como o principal elemento em falta na lista de prioridades da Comissão, sobretudo em plena crise de saúde pública.

- [Ler artigo completo](#)
- [Plano de Recuperação da UE](#)
- [Comunicação da CE “Um orçamento da UE que potencia o plano de recuperação da Europa” e anexo](#)
- [Programa de trabalho da Comissão adaptado para 2020 e anexos](#)
- [Reacção do Secretário-Geral da CES, Luca Visentini](#)

- [Texto aprovado - Políticas sociais e de emprego na área do euro - P9 TA\(2019\)0033 - Quinta-feira, 10 de Outubro de 2019 - Bruxelas - Edição definitiva](#)(Resolução do Parlamento Europeu, de 10 de outubro de 2019, sobre as políticas de emprego e sociais da área do euro)
- [Texto aprovado - Viabilização da transformação digital dos serviços de saúde e de prestação de cuidados - P9 TA\(2019\)0105 - Quarta-feira, 18 de Dezembro de 2019 - Estrasburgo - Edição definitiva](#)(Resolução do Parlamento Europeu, de 18 de dezembro de 2019, sobre a viabilização da transformação digital dos serviços de saúde e de prestação de cuidados no Mercado Único Digital, a capacitação dos cidadãos e a construção de uma sociedade mais saudável)
- [Texto aprovado - Tributação justa numa economia digitalizada e globalizada – BEPS 2.0 - P9 TA\(2019\)0102 - Quarta-feira, 18 de Dezembro de 2019 - Estrasburgo - Edição definitiva](#) (Resolução do Parlamento Europeu, de 18 de dezembro de 2019, sobre a tributação justa numa economia digitalizada e globalizada: BEPS 2.0)
- [Texto aprovado - Discriminação pública e discurso de ódio contra as pessoas LGBTI, nomeadamente as «zonas sem LGBTI» - P9 TA\(2019\)0101 - Quarta-feira, 18 de Dezembro de 2019 - Estrasburgo - Edição definitiva](#)(Resolução do Parlamento Europeu, de 18 de dezembro de 2019, sobre a discriminação pública e o discurso de ódio contra as pessoas LGBTI, nomeadamente as «zonas sem LGBTI»)
- [Texto aprovado - Ação coordenada da UE para combater a pandemia de COVID-19 e as suas consequências - P9 TA\(2020\)0054 - Sexta-feira, 17 de Abril de 2020 - Bruxelas - Edição definitiva](#)(Resolução do Parlamento Europeu, de 17 de abril de 2020, sobre a ação coordenada da UE para combater a pandemia de COVID-19 e as suas consequências)
- [Texto aprovado - Medidas específicas para mitigar o impacto do surto de COVID-19 no setor da pesca e da aquicultura ***I - P9 TA\(2020\)0052 - Sexta-feira, 17 de Abril de 2020 - Bruxelas - Edição definitiva](#)(Resolução legislativa do Parlamento Europeu, de 17 de abril de 2020, sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 1379/2013 e o Regulamento (UE) n.º 508/2014 no que respeita a medidas específicas destinadas a atenuar o impacto do surto de COVID-19 no setor da pesca e da aquicultura)

- [Texto aprovado - Introdução de medidas específicas para fazer face à crise da COVID-19 ***I - P9 TA\(2020\)0051 - Sexta-feira, 17 de Abril de 2020 - Bruxelas - Edição definitiva](#)(Resolução legislativa do Parlamento Europeu, de 17 de abril de 2020, sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 223/2014 no que respeita à introdução de medidas específicas para fazer face à crise da COVID-19)
- [Texto aprovado - Medidas específicas para proporcionar uma flexibilidade excecional na utilização dos fundos estruturais e de investimento europeus em resposta ao surto de COVID-19 ***I - P9 TA\(2020\)0050 - Sexta-feira, 17 de Abril de 2020 - Bruxelas - Edição definitiva](#)(Resolução legislativa do Parlamento Europeu, de 17 de abril de 2020, sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 1303/2013 e o Regulamento (UE) n.º 1301/2013 no que respeita a medidas específicas destinadas a proporcionar uma flexibilidade excecional para a utilização dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento em resposta ao surto de COVID-19)
- [Texto aprovado - Assistência macrofinanceira aos países do alargamento e da vizinhança no contexto da crise desencadeada pela pandemia de COVID-19 ***I - P9 TA-PROV\(2020\)0125 - Sexta-feira, 15 de Maio de 2020 - Bruxelas - Edição provisória](#) (Resolução legislativa do Parlamento Europeu, de 15 de maio de 2020, sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à concessão de assistência macrofinanceira aos países do alargamento e da vizinhança no contexto da crise desencadeada pela pandemia de COVID-19)
- [Texto aprovado - Novo QFP, recursos próprios e plano de retoma - P9 TA-PROV\(2020\)0124 - Sexta-feira, 15 de Maio de 2020 - Bruxelas - Edição provisória](#) (Resolução do Parlamento Europeu, de 15 de maio de 2020, sobre o novo quadro financeiro plurianual, os recursos próprios e o plano de recuperação)